



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

*ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO
DE ECONOMIA E FINANÇAS E REDAÇÃO E
JUSTIÇA SOBRE A LOA 2026 E O PPA 2026-
2029*

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, as dezoito horas e trinta minutos, na sede provisória da Câmara Municipal de Guarapari, situada na Rua Getúlio Vargas, Nº 299, Centro, Guarapari, Espírito Santo, realizou-se a Audiência Pública convocada pelas Comissões de Economia e Finanças e de Redação e Justiça, com a finalidade de discutir a Lei Orçamentária Anual – LOA 2026 e o Plano Plurianual – PPA 2026–2029, encaminhados pelo Poder Executivo Municipal. **Estiveram presentes os vereadores Anselmo Bigossi (Membro da Comissão de Redação e Justiça), Marcelo Rosa (Membro da Comissão de Economia e Finanças), Kamilla Rocha (Relatora da Comissão De Redação e Justiça e Presidente da Comissão de Economia e Finanças, Rosana Pinheiro (Presidente da Comissão de Redação e Justiça) e Vinícius Lino (Relator da Comissão de Economia e Finanças), bem como demais representantes, conforme registrado na lista de presença.** A Presidente da Comissão de Economia e Finanças, vereadora Kamilla Rocha, declarou aberta a audiência, cumprimentando a todos os presentes e agradecendo a participação das autoridades, representantes de secretarias municipais, entidades civis, associações e cidadãos. Foram convidados a compor o plenário representantes técnicos das seguintes secretarias e órgãos municipais: Secretaria de Fazenda, Secretaria de Governo, Secretaria de Administração, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência, Codeg e demais setores envolvidos. Solicitou-se que cada secretaria indicasse um representante técnico para integrar o plenário, registrou-se a presença da Sra. Regina, presidente da Fomapog e também conselheira municipal de saúde; do Sr. Luiz Cláudio, presidente da Associação de Moradores do Bairro Santa Mônica; do Sr. Adriano Albertino, representante do Sindiupes; e do Sr. Valdemir, presidente da Associação dos Expositores da Feira Hippie. Logo após a Vereadora Kamilla Rocha explicou que a audiência trataria de dois projetos diferentes, porém complementares: LOA 2026, já encaminhada pelo Prefeito, elaborada pela equipe técnica da Prefeitura, contendo o planejamento das ações e alocação dos recursos para o exercício seguinte; PPA 2026–2029, que estabelece diretrizes e metas para os próximos quatro anos. Em seguida, foi concedida a palavra aos vereadores, o vereador Vinicius Lino cumprimentou os presentes e destacou a importância da audiência para esclarecer dúvidas existentes nas peças orçamentárias. Informou que, ao analisar a LOA e o PPA, foram identificados diversos pontos a serem ajustados, inclusive erros que necessitam correção imediata. Ressaltou a necessidade de deliberação para que a gestão municipal possa se preparar adequadamente para o exercício seguinte. Logo após, a Vereadora Rosana Pinheiro cumprimentou autoridades, secretários, representantes comunitários e o público em geral. Reforçou a relevância dos instrumentos em análise e a necessidade de ampla transparência. Agradeceu aos secretários por atenderem ao convite e destacou que a votação das peças orçamentárias é imprescindível para o funcionamento do município. Parabenizou as Comissões pela condução do processo. Em seguida, a vereadora Kamilla Rocha,



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

explicou o rito da audiência pública, informando que a duração máxima seria de duas horas, de modo a otimizar o tempo e garantir as manifestações de todos os setores e do corpo técnico da Prefeitura. Esclareceu que seriam abertas falas de até dez minutos para as entidades presentes, como a Fomapog, o Sindiupes e as associações de moradores. Na sequência, cada secretaria teria igualmente até dez minutos para apresentar suas explicações técnicas. Destacou ainda que as dúvidas e questionamentos seriam deixados para o final, a fim de não interromper o desenvolvimento das exposições. Na sequência passou a palavra para a Sra. Regina da Fomapog que agradeceu o convite e ressaltou a importância da participação da sociedade civil na discussão do PPA e da LOA, destacou a relevância do debate para garantir um planejamento eficiente para o município. Enfatizou sua atuação também enquanto conselheira de saúde, reforçando a necessidade de acompanhar o planejamento das políticas públicas. A vereadora Kamilla Rocha reforçou a importância de que a LOA e o PPA sejam amplamente debatidos, visto que após aprovados passam a orientar e vincular a execução orçamentária e o planejamento municipal. A seguir, a Vereadora Kamilla Rocha concedeu a palavra ao senhor Adriano Albertino, presidente do Sindiupes, que cumprimentou os vereadores, na pessoa da vereadora Kamilla Rocha, demais autoridades, servidores e representantes das organizações presentes. Destacou a importância da audiência para que a sociedade civil acompanhe, compreenda e participe da construção das peças orçamentárias, ressaltando que a população de Guarapari tem interesse direto no planejamento das ações para 2026, especialmente nas áreas sociais, de infraestrutura e nas políticas voltadas ao desenvolvimento do município. Apontou ainda desafios e necessidades específicas no setor da educação, principalmente quanto à implantação e expansão das escolas em tempo integral, conforme diretrizes do Plano Nacional de Educação, enfatizando que esse é o momento adequado para prever tais medidas no orçamento. Na sequência, foi convidada ao plenário a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, que apresentou as ponderações referentes ao PPA e à LOA. Logo após o Sr. Júlio Cesar (Técnico da Secretaria Municipal de Saúde) explicou que o planejamento para o período de 2026 a 2029 teve início em março, quando foi instituído o Grupo Técnico da Secretaria de Saúde, em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde, responsável pela elaboração do Plano Municipal de Saúde. Desde então, foram discutidas e definidas prioridades, metas e ações que compõem as propostas apresentadas. Informou-se que o planejamento construído ao longo do ano serviu de base para a adequação ao novo modelo de elaboração do PPA, solicitado pela Prefeitura em agosto. As ações foram organizadas principalmente em dois eixos: "Saúde em Ação", voltado à estruturação das equipes de Saúde da Família, contratação de novos profissionais e fortalecimento das ações em saúde; e "Saúde Mais Forte", direcionado à reestruturação física da rede, com reformas, ampliações, construção de unidades, aquisição de equipamentos, mobiliários e reorganização estrutural da Secretaria, destacou que o planejamento não foi concebido de forma isolada, mas a partir de debates com o Conselho Municipal de Saúde e das demandas apresentadas pela população durante a Conferência Municipal de Saúde. Passando aos questionamentos dos vereadores, o vereador Vinicius Lino questionou onde, no novo orçamento, está previsto o investimento na Atenção Primária, solicitando também informações sobre qual foi o investimento realizado em



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

2025 e qual será o investimento previsto para 2026, foi esclarecido que o investimento previsto para a atenção primária em 2026 tende a ser maior do que o executado em 2025, considerando a ampliação de equipes, contratação de profissionais e expansão dos serviços. Quanto à telemedicina, explicou-se que o serviço será executado em parceria com o Estado, razão pela qual não há previsão de valor específico, já que parte do custeio é estadual e a contrapartida municipal está incluída no orçamento geral de manutenção de serviços e na aquisição de equipamentos. Sobre o Hemocentro, destacou-se que se trata de serviço estadual e que a previsão no PPA busca fortalecer a articulação com o município, sem impacto orçamentário direto. Esclareceu-se ainda que, em alguns casos, ações aparecem sem valores individualizados porque o custeio está contemplado em outras rubricas mais amplas. Ao ser questionado sobre fragilidades na atenção primária, o representante da Saúde reconheceu a necessidade de expansão e informou que o município já prevê a chegada de novos médicos, enfermeiros e dentistas, além da contratação via programas como Mais Médicos e ICEP, com o objetivo de melhorar a qualidade da assistência, reduzir prazos de retorno e ampliar a saúde bucal. Quanto ao cumprimento de metas do PPA anterior, o técnico informou que não tem como afirmar, pois o acompanhamento das ações era centralizado na Prefeitura e não havia acesso direto pelas secretarias. Ressaltou, no entanto, que o novo modelo permitirá acompanhamento contínuo, com divulgação dos percentuais de execução no portal da Prefeitura. Por fim, esclareceu que o orçamento da saúde, que anteriormente girava em torno de cem milhões de reais a cento e onze milhões de reais em exercícios anteriores, apresenta expansão significativa para 2026, alcançando aproximadamente cento e vinte e dois milhões de reais, evidenciando a ampliação dos recursos destinados ao setor. A Vereadora Kamilla Rocha questionou-se inicialmente se o montante de cento e um milhões contemplava investimentos estruturais ou apenas despesas relacionadas a insumos, pessoal e demais gastos de custeio. Indagou-se também se os valores provenientes do FINISA, os cinquenta e oito milhões é destinados as obras como as unidades Arnaldo e Roberto Calmon, estavam incluídos nesse orçamento ou se eram contabilizados de forma separada, bem como se tais recursos constariam no orçamento do exercício e se configurariam como superavit. Foi esclarecido que os valores do FINISA não integram o montante de cento e um milhões, por se tratarem de operação de crédito com classificação própria no orçamento municipal. Em seguida, registrou-se que alguns presentes não tinham informações sobre a inclusão de metas no PPA anterior, uma vez que, em gestões passadas, o PPA era produzido apenas de maneira formal, sem indicadores, metas ou projeções claras que permitissem acompanhamento adequado. A vereadora Kamilla Rocha destacou que a audiência estava sendo gravada pela TV Guarapari, pelas redes sociais da Câmara e está sendo registrado nos Anais desta Casa de Leis, solicitando que cada secretaria enviasse um técnico como apoio no plenário para esclarecer eventuais dúvidas. Na sequência, o Secretário Raphael Maleque esclareceu que nas gestões anteriores, o PPA não era construído com participação técnica efetiva, sendo apenas um documento obrigatório sem metas ou parâmetros para monitoramento. Ressaltou-se que, pela primeira vez em muitos anos, o PPA foi elaborado com participação de todos os secretários, seguindo diretrizes internacionais como as ODS e com previsão de indicadores e metas para acompanhamento em



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

tempo real no portal da prefeitura. Foi explicado que algumas ações no PPA podem aparecer com valores zerados por não demandarem investimento financeiro direto ou por estarem vinculadas a outras ações orçamentárias. Em seguida, o vereador Vinicius Lino questionou sobre o consórcio Polo Sul, previsto no PPA, especialmente sobre a possibilidade de contratação de médicos e outros profissionais. Foi informado que o consórcio é responsável por ofertar especialidades e por suprir carências de profissionais que não são obtidos por concursos ou processos seletivos, além de participar do investimento no micropolo municipal de especialidades em articulação com a Secretaria de Estado. Ato seguinte, a Vereadora Rosana Pinheiro questionou-se se o orçamento de cento e vinte e dois milhões da saúde seria suficiente para manter os serviços, principalmente os de alta complexidade, e o servidor esclareceu que os valores foram definidos com base no planejamento municipal de saúde, sendo considerados adequados para o período de 2026 a 2029. Logo após a Vereadora Kamilla Rocha registrou-se também a presença dos servidores Júlio César e Gleysson, responsáveis técnicos da Secretaria de Saúde e do Fundo Municipal, respectivamente, com orientação para que todos os técnicos se apresentassem ao iniciarem suas falas para fins de registro taquigráfico. A seguir, foi chamada a equipe da Assistência Social, representada pela servidora Tatiane Papale, que explicou que o PPA da área foi construído com base na realidade local e no plano municipal da assistência, prevendo ações de manutenção dos serviços e possíveis construções de novos equipamentos. A vereadora Kamilla Rocha questionou especificamente sobre as ações voltadas às pessoas em situação de rua e sobre metas previstas para os próximos quatro anos. A servidora informou que está prevista a continuidade e expansão das abordagens sociais e do serviço prestado pelo Centro pop, além da construção de uma casa de passagem para atendimento e encaminhamento das pessoas em situação de rua. O secretário de Fazenda, Rafael Maleque, complementou informando que seria enviado um projeto de lei prevendo que empresas contratadas pelo município reservem percentual mínimo de vagas para mulheres vítimas de violência, pessoas em situação de rua e egressos do sistema prisional, medida alinhada à nova lei de licitações e que não representa custo adicional ao município. A vereadora Kamilla Rocha questionou ainda se teria havido aumento de recursos para aluguel social e passagens para retorno de pessoas em situação de rua aos seus municípios de origem. Foi respondido que esses valores constam dentro do orçamento geral da assistência, que aumentou em relação ao exercício anterior, e que já havia processo em análise para novas ações relacionadas a passagens. A vereadora perguntou se houve repetição de metas do PPA anterior no novo PPA. A servidora Tatiane Papale, informou que não é possível comparar adequadamente porque, na gestão passada, o PPA não era apresentado com detalhamento para as equipes técnicas. Houve também questionamento sobre o imóvel onde funcionaria o programa PET, na região norte, que está abandonado. A servidora explicou que havia projeto de construção de um Cras no local, mas que, por motivos diversos, não foi executado, não havendo previsão atual para o imóvel. A vereadora ponderou que, apesar da alegação de que não havia participação técnica no PPA anterior, os documentos eram públicos e poderiam ter sido consultados na elaboração do novo PPA. O Sr. Leonardo, assessor técnico da Educação, afirmou que tentou utilizar o PPA anterior como referência, mas a ausência de metas e indicadores inviabilizou a



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

comparação, sendo necessário basear-se no Plano Municipal de Educação e em diagnósticos de campo. Foi questionado novamente o orçamento destinado ao aluguel social, que não havia sido respondido em requerimento prévio, e a servidora comprometeu-se a verificar posteriormente. O Vereador Vinicius Lino, questionou também sobre o auxílio-alimentação, esclarecendo-se que se trata do benefício pago aos servidores da Assistência Social. O vereador Vinicius Lino retomou a pauta das pessoas em situação de rua, questionando ações mais rígidas, como a internação compulsória para casos graves. A servidora explicou que o trabalho é intersetorial e envolve articulação com a saúde, sendo estruturados novos fluxos e protocolos. O secretário de Fazenda destacou que o orçamento previsto é apenas o de recursos próprios, podendo haver incremento de repasses estaduais e federais, como ocorre anualmente. A vereadora Rosana Pinheiro abordou a pauta da mulher que questionou o aumento de recursos e as ações concretas previstas no PPA para o combate à violência doméstica. Citou a visita realizada à Casa Lilás, na Serra, que executa políticas integradas financiadas por parcerias privadas, sem custo ao município. O Secretário Municipal de Fazenda, destacou que existe preocupação em relação ao tema, mencionando que essa também é uma das ações da Secretaria de Assistência Social. Ressaltou, no entanto, que é importante compreender que nem todo investimento ou evidenciação de um programa demanda necessariamente recursos financeiros, pois em algumas situações é possível gerar mecanismos de incentivo ou estímulos positivos para que determinadas ações sejam implementadas. Nesse sentido, informou que será encaminhado à Câmara Municipal, pelo Prefeito, um projeto de lei estabelecendo que 5% das vagas das empresas contratadas pelo município deverão ser destinadas, entre outros públicos, as mulheres que sofreram algum tipo de violência doméstica. Segundo ele, trata-se de uma forma de proporcionar a essas mulheres em situação de vulnerabilidade a oportunidade de alcançar independência financeira, destacando que, na maioria das vezes, o grande problema enfrentado nessas situações é justamente a dependência financeira. Assim, reforçou que nem toda política pública voltada à promoção de determinadas ações necessariamente exige investimento direto da administração pública. Por fim, acrescentou que, considerando o aumento significativo do orçamento da Assistência Social, esse tema também deverá ser pauta e objeto de atuação da Secretaria Municipal de Assistência Social. A vereadora, Rosana Pinheiro mencionou que a Secretaria de Mulheres da Serra havia oferecido apoio para implementação de modelo semelhante em Guarapari, e cobrou ações palpáveis e fluxos definidos no PPA. A servidora Tatiane Papale, explicou que já existem atividades como os encontros do grupo Mulheres Extraordinárias — que oferece apoio psicológico e jurídico — e destacou a futura construção da casa de passagem, que atenderá adultos em vulnerabilidade, incluindo mulheres vítimas de violência. As vereadoras ponderaram que a casa de passagem não atende às especificidades do acolhimento de mulheres em risco, como ocorre na Serra, onde há sigilo e proteção reforçada. A servidora destacou que o município está estruturando o Organismo de Políticas para as Mulheres, com decreto já publicado, e convidou para eventos sobre violência doméstica e políticas intersetoriais que ocorreriam na semana seguinte. Ainda assim, a comissão manifestou que ações estruturantes e fluxos de atendimento não ficaram claros no PPA apresentado. Durante a audiência pública, o Sr. Marcelo Pretti,



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

Secretário Municipal de Governo, Planejamento e Orçamento de Guarapari destacou que a realização da audiência pública, além de auxiliar diretamente no planejamento do município, expressa a democracia, a vontade popular e a manifestação legítima da população, ressaltando a importância desse instrumento participativo. Parabenizou o secretário Rafael pela supervisão da elaboração do PPA, afirmando que o documento representou um divisor de águas para o município por ter sido inteiramente pautado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Destacou ainda que entre esses objetivos está a igualdade de gênero, tema que motivou sua manifestação, enfatizando que, diferentemente dos PPAs anteriores, o novo plano contempla metas de fim da discriminação, combate à violência contra mulheres e promoção da liderança feminina, reforçando a importância atribuída pelo prefeito Rodrigo Borges ao instrumento de planejamento para os próximos quatro anos. Em seguida, o vereador Vinícius Lino passou a tratar do papel do terceiro setor em Guarapari, mencionando instituições como Apae, Creche Alegria e Recanto dos Idosos, que classificou como sérias e essenciais ao município. Relatou que sempre busca recursos por meio de deputados federais para auxiliá-las e lembrou que, na gestão passada, havia repasses e apoios diversos a essas entidades. Perguntou, então, se haveria aumento nos recursos direcionados para essas organizações em 2026 e como estava o planejamento do município para ampliar o atendimento ao terceiro setor, que presta serviços fundamentais, citando que a Creche Alegria desafoga a rede municipal ao atender crianças em período quase integral, a Apae opera no limite e necessita de ampliação estrutural, e o Recanto dos Idosos realiza trabalho essencial com pessoas em extrema vulnerabilidade. A equipe técnica respondeu que já há avanços com diversas parcerias e termos de fomento firmados com instituições que desenvolvem ações relevantes no município, e confirmou que existe previsão de aumento dos repasses. O Sr. Rafael Maleque informou que, dentro do orçamento, há recursos destinados a custeio e apoio às entidades do terceiro setor e que somente neste ano a Apae recebeu cerca de quinhentos mil reais no início do exercício. Acrescentou que instituições reconhecidas pelo Legislativo como de relevante interesse público têm despesas básicas como energia e água custeadas pelo município, o que representa valor considerável. Explicou ainda que o orçamento da Assistência Social sofreu aumento significativo devido à expansão dessas políticas, cujas despesas superam as do ano anterior — classificadas contabilmente como despesas, mas caracterizadas como investimentos sociais. Ressaltou que a tendência é que esses valores continuem crescendo ao menos acompanhando a inflação, já que a demanda permanece crescente. O vereador Vinícius Lino observou que o orçamento apresenta diferença de cerca de dez milhões a mais em relação ao exercício de 2025 e prosseguiu com questionamento sobre as instituições que atualmente não recebem recursos federais de custeio, especialmente a Apae e o Recanto dos Idosos. Relatou que, após conversar com deputados federais e senadores, foi informada da possibilidade de envio de recursos da saúde para apoiar essas entidades, mas que, no momento, elas não estão aptas a receber esse tipo de repasse, diferentemente de outras organizações no estado. Disse que esse avanço seria essencial, uma vez que ambas também desempenham funções ligadas à saúde. Solicitou que o tema fosse considerado pelo município e pela área da saúde, aproveitando a presença da equipe técnica na audiência. A vereadora Rosana Pinheiro passou então a questionar sobre o



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

orçamento da Secretaria de Agricultura, afirmando que a pasta recebeu aproximadamente um milhão e setecentos mil reais e pedindo esclarecimentos sobre como esse valor foi dividido, quais seriam os investimentos reais voltados à zona rural e se esse orçamento reduzido seria suficiente para atender a população da região, que está crescendo de forma acelerada. Na sequência, a Vereadora Kamilla Rocha convidou a Secretaria de Educação para compor o plenário. O assessor técnico Leonardo se apresentou e explicou que o PPA da educação foi elaborado com base no Plano Municipal de Educação e em diagnósticos realizados junto às equipes e escolas da rede municipal. Informou que foram estruturados dois programas principais: o Programa de Aceleração da Educação, focado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que impactará diretamente a arrecadação municipal; e o Programa de Reconstrução das Escolas, que contempla reformas e reparos, considerando que atualmente quarenta e nove unidades necessitam de intervenções estruturais. Explicou ainda que há ações consolidadas de apoio à educação que abrangem remuneração de pessoal e custeio geral da rede. A vereadora Kamilla Rocha perguntou sobre uma obra de creche em Santa Mônica, cuja construção foi iniciada após desapropriação em 2019, mas que havia sido paralisada. O Sr. Leonardo esclareceu que o processo licitatório está em andamento, com aprovação recente junto à Caixa Econômica, e que a obra está prevista dentro da ação de construção, manutenção e reparo de unidades escolares, constando no PPA. O vereador Vincius Lino questionou também sobre o compromisso assumido em campanha referente à climatização das escolas, citando especificamente a Escola Ramalhete, cuja estrutura dificulta a ventilação, e perguntou sobre o planejamento para reformas em geral, incluindo a situação da Escola do Caic, para o qual o município busca recursos. O assessor técnico respondeu que a rede possui quarenta e nove escolas com problemas de telhado, sendo necessária uma programação ao longo dos quatro anos, considerando a disponibilidade financeira e a prioridade das intervenções, que serão executadas de forma gradativa. Na sequência da audiência, a vereadora Kamilla Rocha informou que gostaria de fazer uma última pergunta relacionada a um prédio localizado no bairro Una, onde anteriormente funcionava a Escola Eugênio. Relatou que, segundo informações, o imóvel pertenceria ao Governo do Estado, sendo administrado pelo município, e questionou se a Secretaria de Educação possuía algum plano para utilização do espaço, seja para atividades educacionais ou outro serviço, ou se o município pretendia devolvê-lo ao Estado. O assessor técnico Leonardo respondeu que, nesse caso específico, seria necessário verificar a situação, pois a secretaria vem avaliando diversos imóveis para reaproveitamento, especialmente para atender à expansão do ensino em tempo integral. Informou que alguns prédios estão sendo reativados e outros não, e que, no caso do imóvel citado, não havia naquele momento informação precisa, comprometendo-se a consultar a situação e repassar um posicionamento posteriormente. Em seguida, foi convidada a equipe técnica da Codeg a adentrar o plenário, considerando que havia vereadores com perguntas direcionadas à autarquia. O presidente da Codeg, Ubirajara Ribeiro, acompanhado do diretor financeiro Alexandre Brambatti, apresentou-se e iniciou sua explanação destacando que, ao assumirem a gestão, encontraram grandes desafios, especialmente pela ausência de planejamento prévio e pela elevada demanda do município em relação aos serviços prestados pela empresa. Esclareceu que há um



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

entendimento equivocado de parte da população de que a Codeg atua apenas com coleta de lixo, quando, na verdade, suas atribuições abrangem toda a limpeza pública, incluindo varrição, capina, coleta regular, serviço de cata móvel, manutenção da iluminação pública — ainda sob responsabilidade da Codeg —, além do paisagismo, decoração da cidade e suporte direto para grande parte das secretarias municipais. Ressaltou que a empresa foi encontrada com número defasado de funcionários diante da demanda existente, bem como com recursos financeiros insuficientes. Destacou que, já no início da gestão, identificaram que o contrato de coleta estava subdimensionado, o que demandou a adoção de contrato emergencial para garantir o atendimento adequado às necessidades do município. O presidente da Codeg prosseguiu afirmando que, diante da realidade encontrada no início da gestão, foi necessário estruturar um planejamento consistente tanto para a LOA do próximo exercício quanto para os anos subsequentes. Explicou que esse planejamento contemplou primeiramente ações internas de gestão, com foco na melhoria do controle de horas trabalhadas, horas extras e na resolução de demandas judiciais que a Codeg acumulava. Informou que, apenas no ano corrente, foi possível economizar mais de um milhão de reais em ações judiciais solucionadas, gerando economia significativa aos cofres públicos. Destacou que a Codeg vem implementando processos de modernização, como a adoção de sistema de controle de ponto, atendendo exigências do Tribunal de Contas. Ressaltou que, paralelamente, a Codeg tem buscado se aproximar do Tribunal de Contas para corrigir problemas herdados e evitar novas irregularidades. Com essas medidas de gestão, afirmou ser possível reduzir despesas e melhorar a eficiência dos serviços prestados à população. Na área operacional, lembrou que, ao assumirem a administração, encontraram a cidade com grande quantidade de áreas tomadas por mato, especialmente durante o verão, e que a equipe ainda se encontra em esforço permanente para normalizar a situação. Explicou que o planejamento para os próximos anos inclui investimentos em equipamentos que permitam suprir a carência de mão de obra, já que o quadro atual é insuficiente para atender a todo o município e não há disponibilidade financeira para novas contratações. Assim, a estratégia tem sido investir em modernização e inteligência operacional, permitindo dinamizar e ampliar a capacidade de atendimento. Apontou também que, além das ações estruturais, a CODEG vem atuando na conscientização da população, considerada por ele um dos maiores desafios. Enfatizou que reduzir a geração de lixo e dispor resíduos corretamente são medidas essenciais para manter a cidade limpa. Informou que já está sendo iniciado o programa de coleta seletiva, também por exigência do Tribunal de Contas. Para isso, está em fase de estruturação o nosso Bota-fora, onde será realizada a triagem dos resíduos sólidos, de modo que materiais recicláveis deixem de ser considerados lixo e passem a ser matéria-prima. Mencionou que, no mesmo dia, houve reunião com empresa especializada na reciclagem de vidro, da qual também participou a APAE, para construção de parceria. Explicou que a empresa instalará pontos de coleta na cidade e recolherá o vidro separado, destinando o valor arrecadado com a reciclagem à instituição. A iniciativa, segundo ele, contribui simultaneamente para a proteção ambiental, para a redução do custo de tonelada de lixo e para ações sociais. O presidente destacou ainda o projeto “Cidade que Encanta”, voltado ao paisagismo, salientando que, por se tratar de município turístico, é essencial manter espaços



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

limpos, organizados, arborizados e visualmente atrativos. Informou que esse trabalho já foi iniciado e que será ampliado nos próximos anos. Finalizada a apresentação inicial, colocou-se à disposição para esclarecimentos, afirmando que, se necessário, a equipe técnica presente poderia complementar alguma informação. Em seguida, a vereadora Rosana Pinheiro questionou sobre o orçamento da Codeg, que totaliza R\$ 85.998.000,00, afirmando tratar-se de valor expressivo e solicitando que fossem detalhados os planejamentos de execução de serviços e despesas, especialmente diante de requerimento anteriormente aprovado pela Casa de Leis, para o qual não recebera resposta. Perguntou quais projetos e ações justificariam a necessidade de orçamento tão elevado. O presidente Ubirajara respondeu que, embora o valor pareça alto, a dotação da Codeg tem se mantido praticamente a mesma nos últimos três anos, em torno de 82 milhões de reais, o que evidencia uma defasagem, considerando que todos os contratos e insumos passaram por reajustes, bem como a folha salarial. Explicou que, na prática, a necessidade real para atender plenamente os serviços de limpeza e paisagismo é maior que o orçamento atual, mas a autarquia se adapta à limitação financeira do município, trabalhando para garantir a qualidade dos serviços dentro das possibilidades existentes. Questionado sobre os critérios técnicos utilizados para definição do montante, informou que o orçamento segue o histórico de receita destinada à Codeg, ajustado conforme as possibilidades fiscais do município. Citou que a Secretaria da Fazenda, representada pelo secretário Rafael Maleque, participou das discussões, destacando que a definição se deu dentro dos limites possíveis. Mencionou ainda que a Codeg tem buscado recursos externos, como a parceria firmada com a empresa Samarco, que está doando 12 milhões de reais ao município, parte dos quais será destinada à aquisição de lixeiras, contêineres e outros materiais essenciais, especialmente para ações de conscientização previstas para o verão. Como exemplo, mencionou a reunião programada com vendedores ambulantes das praias, para reforçar a responsabilidade compartilhada na manutenção da limpeza das áreas turísticas. A vereadora Rosana Pinheiro questionou também sobre a possibilidade de instalação subterrânea das fiações aéreas, tema discutido em gestões anteriores, verificando se tal ação constava das metas orçamentárias. Em resposta, o presidente esclareceu que essa atribuição não está sob responsabilidade da Codeg, destacou que a Codeg também têm atuado em conjunto com outras secretarias para combater práticas irregulares relacionadas à coleta de lixo e ao comércio informal de materiais recicláveis, incluindo atividades envolvendo pessoas em situação de rua. Informou que está sendo realizado mapeamento dos pontos de venda e adotadas medidas conjuntas para intensificar a fiscalização e organizar os horários de coleta, a fim de reduzir acúmulo de resíduos e seus efeitos negativos na cidade. O secretário Rafael Maleque complementou informando que a iluminação pública permanecerá sob a Codeg apenas até o final do ano, uma vez que projeto aprovado pela Casa de Leis transfere essa responsabilidade para a Secretaria de Obras. Explicou que, dentro do programa da secretaria, há metas até 2030 relacionadas à eficiência energética e modernização da iluminação pública, financiadas pela contribuição da CIP. Informou ainda que ações como a expansão da rede elétrica e futuras iniciativas de paisagismo e possível implantação subterrânea de fiações dependerão da evolução orçamentária dos próximos anos. O vereador Vinicius Lino reforçou a fala da vereadora Rosana, observamos que, em comparação com o



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

orçamento de 2024, o valor destinado à Codeg para o próximo exercício apresenta um aumento aproximado de quatro por cento, variação que parece acompanhar apenas a inflação, considerando que os vinte e sete milhões destinados anteriormente à iluminação pública foram transferidos para a Secretaria de Obras. Ainda assim, mesmo com essa redistribuição, a Cdeog permanece com o terceiro maior orçamento municipal. Ao analisarmos o Plano Plurianual, constatamos a existência do programa intitulado "Cidade que Encanta", que prevê ações voltadas à ornamentação, paisagismo, iluminação e manutenção de praças, vias e rotatórias. O programa apresenta metas gradativas, projetadas especialmente para os anos de 2026 a 2028, referindo-se à ampliação de serviços de poda de árvores, mas para o ano de 2025 o investimento previsto é de duzentos e cinquenta mil reais. A dúvida que se coloca é se esse valor é suficiente para atender às demandas que hoje chegam com intensidade à Codeg, e qual a previsão de execução dessa política já no próximo ano, tendo em vista que a poda de árvores, atualmente, constitui uma das solicitações mais frequentes que recebemos, ficando atrás apenas dos pedidos de limpeza urbana. A maior parte dessas intervenções, entretanto, somente ocorre quando o problema já está crítico e, muitas vezes, quem acaba realizando o serviço é a EDP, em razão de os galhos já estarem em contato com a rede elétrica, o que evidencia um deficit no atendimento preventivo. Em resposta, o secretário Bira explicou que atender integralmente a demanda ainda é um desafio, pois, ao assumir a CODEG, encontrou um cenário com serviços acumulados e falta de equipamentos básicos, citando como exemplo o episódio em que uma forte chuva derrubou árvores no município e foi necessário solicitar apoio do Corpo de Bombeiros para realizar a remoção por falta de motosserra disponível na autarquia. Ele destacou que o contrato atual já contempla o serviço de poda e que há uma equipe trabalhando continuamente, mas que a capacidade ainda é limitada diante da grande quantidade de solicitações. Informou, ainda, que o planejamento para o próximo exercício inclui dobrar o número de equipes, o que aumentará significativamente a capacidade de atendimento sem descontinuar o serviço, também mencionou que a autorização para a realização de podas depende da Secretaria de Meio Ambiente, o que pode causar atrasos, especialmente considerando a natureza burocrática do processo e o volume de solicitações. Casos que envolvem risco à rede elétrica permanecem sob responsabilidade da EDP, o que acaba também contribuindo para que a resolução seja postergada até a situação se tornar emergencial. O vereador Vinícius Lino questionou sobre um programa estabelecido no PPA denominado Gestão 360, destacando que o valor previsto de aproximadamente 50 milhões de reais lhe chamou a atenção. Segundo ele, o programa descreve a implementação de uma gestão integrada, estratégica e participativa com todos os setores da CODEG, com foco em resultados e transparência, e solicitou esclarecimentos sobre a finalidade da iniciativa. Em resposta, o presidente da CODEG explicou que o programa faz parte de um processo mais amplo de modernização da gestão da companhia, envolvendo atualização de equipamentos, melhoria dos mecanismos de controle e aperfeiçoamento da gestão de pessoal. Também foi mencionado que está sendo desenvolvido um plano piloto, inicialmente com dez pessoas, por meio de convênio com a Sejus, iniciativa que vem apresentando resultados positivos, com mão de obra considerada eficiente e com menor custo para o município. A expectativa, segundo o



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

representante, é ampliar gradativamente esse modelo, permitindo economia aos cofres públicos e maior eficiência na prestação dos serviços. Foi acrescentado que o programa contempla diversos projetos e ações dentro desse conjunto de iniciativas. O diretor financeiro, Alexandre Brambatti, esclareceu que o valor citado corresponde ao custo relacionado ao quadro de pessoal da Codeg, abrangendo salários, encargos, tributos, benefícios e estrutura operacional, e não a um programa novo propriamente dito. Retomando a palavra, o vereador Vinícius Lino observou que esse custo já havia sido publicado anteriormente no Diário Oficial e afirmou que ainda não havia identificado a implementação efetiva do serviço. Assim, buscou esclarecer se o programa Gestão 360 estaria relacionado ao trabalho com egressos que atuam em atividades nas ruas e se essa ampliação do programa estaria contemplada dentro dos valores previstos. Em seguida, a Vereadora Kamilla Rocha registrando o reconhecimento pelo trabalho que vem sendo desenvolvido na CODEG, destacando que as dificuldades existentes antecedem a atual gestão. Prosseguiu relatando ponderações já apresentadas anteriormente ao Chefe do Executivo, observando que a região norte do município é a que apresenta menor índice de pavimentação e maior número de vias sem calçamento, o que, associado ao avanço do mato, tem gerado nos moradores a percepção de abandono. A vereadora ressaltou que tem sido recorrente a ausência de planejamento contínuo e integração operacional nos serviços executados, o que resulta em trabalhos interrompidos e falta de coordenação entre as equipes, situação que, segundo afirmou, não é exclusiva da gestão anterior, mas que permanece visível no momento atual. Destacou que o período de adaptação administrativa já não se sustenta, considerando os 11 meses de mandato e a proximidade do verão, sendo necessário consolidar organização e programação permanente dos serviços. A vereadora pontuou ainda a importância da sintonia entre Secretaria de Obras e Codeg, entendendo que ambas representam o eixo central da infraestrutura básica do município. Ressaltou que, com a retirada da iluminação pública da responsabilidade da Companhia, o orçamento sofreu aumento expressivo e que esse acréscimo deve ser refletido em melhorias visíveis para a população. Mencionou, como exemplo prático, solicitação de poda pendente há aproximadamente três anos, relatando que, mesmo com equipe presente em via próxima, a demanda permanece sem execução, demonstrando fragilidade no fluxo de atendimento. Reconheceu, por outro lado, a eficácia do convênio que tem utilizado mão de obra de equipe da Sejus, destacando produtividade e agilidade das frentes de trabalho quando há direcionamento e programação. A vereadora Rosana Pinheira reforçou que os vereadores são o primeiro canal de cobrança popular e que as críticas recebidas na rua recaem sobre o Legislativo quando os serviços de limpeza e manutenção não alcançam padrão satisfatório. Observou que o acúmulo de lixo em áreas centrais têm gerado comparações desfavoráveis por parte de visitantes, o que considera prejudicial à imagem do município. Na sequência, o Presidente da Codeg ressaltou-se que o próximo exercício orçamentário trará ajustes necessários, visto que o atual se encontra em limite operacional, e que a administração tem atuado para otimizar custos, ampliar eficiência e integrar secretarias para melhorar os resultados destinados à população. Na sequência, pontuou que o convênio da SEJUS não integra o projeto Gestão 360 e que o valor de R\$ 91.000,00 se refere ao convênio já estabelecido. Foi questionado o objetivo do programa Gestão 360, tendo sido



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

informado que parte da finalidade decorre da implementação de ferramentas tecnológicas, especialmente no campo contábil, para atendimento às exigências de auditoria externa prevista em legislação aplicável às sociedades de economia mista. O presidente da Codeg complementou que enviará as informações detalhadas posteriormente à comissão, para melhor análise. O Sr. Rafael Maleque, ressaltou ainda a necessidade de qualificação das informações disponibilizadas nos portais oficiais, considerando que a transparência não se limita ao acesso, mas à qualidade dos dados. Relatou-se a existência de inconsistências herdadas de exercícios anteriores, exigindo retificações constantes, motivo pelo qual servidores vêm sendo capacitados, com reestruturação de gerências e priorização de gestão interna para construção de política de Estado e não apenas de governo, visando melhoria de confiabilidade contábil e orçamentária. Foi registrada a presença do Sr. Carlos Gabriel, representante técnico da empresa, responsável por suporte tecnológico ao PPA e ao Portal da Transparência. Logo após, o Sr. Carlos Gabriel informou atuar há mais de vinte anos junto às prefeituras de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Aracruz e Linhares, prestando suporte tecnológico e institucional, especialmente no planejamento público e transparência, incluindo apoio técnico ao portal de transparência do município de Guarapari. Destacou que durante o processo de elaboração do PPA, dois aspectos o marcaram positivamente: o envolvimento das secretarias na construção do planejamento e a evolução da estrutura do documento. Ressaltou que o PPA anterior, ainda vigente até dezembro de 2025, não atendeu plenamente às exigências legais e foi mal avaliado pelo Tribunal de Contas, apresentando indicadores incompletos e com campos registrados para correção posterior, situação que está presente inclusive na peça disponível no portal da transparência. Destacou que, durante o novo processo de construção, houve efetiva participação das secretarias e ampla consulta popular realizada online pela prefeitura, cujo resultado auxiliou na definição das ações e metas. Informou que o PPA de Guarapari passa a contar com indicadores finalísticos claros, mensuráveis e exequíveis, possibilitando acompanhamento real da execução, sendo orientado tanto pelas diretrizes do plano de governo quanto pelos objetivos de desenvolvimento sustentável. Como exemplo, citou a meta estabelecida pela Educação para atingir 3.000 alunos até 2027, reforçando que a existência de indicadores definidos permite cobrança, monitoramento e transparência, acrescentou que o próximo passo, após aprovação da peça, será a implementação do Observatório de Indicadores da Prefeitura de Guarapari, onde o cidadão poderá acompanhar dados como IDEB, número de vagas em creches, entre outros índices previstos no PPA. Ressaltou que a publicidade desses indicadores permitirá acompanhamento contínuo e comparativo da evolução das metas, fortalecendo o controle social e a gestão orientada a resultados. Concluiu informando que o processo foi bem construído, resultando em uma peça robusta, tecnicamente adequada e legalmente estruturada, representando um avanço significativo para o planejamento municipal e para o fortalecimento da transparência administrativa. Em seguida, o Vereador Anselmo Bigossi fez suas colocações referentes à questão da iluminação pública, destacando que, apesar de orçamento positivo no setor, houve demora no avanço de demandas como ampliação de rede em São João do Jabuti, explicou que o processo ficou estagnado por aproximadamente cinco meses devido à ausência de comunicação à EDP sobre taxa necessária, e



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

reforçou-se a importância de reduzir burocracias para garantir eficiência. O secretário da Codeg esclareceu que o contrato atual refere-se prioritariamente à manutenção e não à ampliação da rede, e que obras maiores não foram executadas no ano em razão de planejamento para transferência da competência à Secretaria de Obras. Comprometeu-se a verificar o processo citado e afirmou que erros identificados devem gerar correção e não repetição. Explicou sobre a operacionalização do CASU, que atualmente concentra serviços executados pela Codeg, com ampliação gradativa para outras pastas, exigindo organização, capacitação e aquisição de equipamentos, visando atendimento centralizado ao município sem transferências de responsabilidade entre setores. Em seguida, a Vereadora Rosana Pinheiro registrou-se a ausência de alguns secretários convocados, considerando-se a necessidade de nova audiência pública para aprofundamento e esclarecimento de demandas pendentes, especialmente referentes à Secretaria de Obras, Administração e IPG. Prosseguiu-se tratando do orçamento destinado à agricultura, questionando-se se o valor seria suficiente diante do crescimento populacional no interior. O Sr. Rafael Maleque esclareceu que parte das ações agro produtivas se integra a outras pastas, como Educação, que por lei destina percentual de suas compras à agricultura familiar, além de atividades envolvendo capacitação, regularização fundiária e orientação técnica. Ressaltou-se que os recursos atribuídos diretamente à Secretaria de Agricultura representam apenas o que é de execução exclusiva da pasta, havendo complementação por outras áreas de governo. Ato contínuo, a Sr. Livia Brandão, representante da Secretaria de Obras, esclareceu que dentro do planejamento, estão incluídas ações voltadas à área rural, especialmente no que diz respeito à pavimentação e ao suporte necessário às estradas e vias dessas comunidades. Como já foi mencionado pelo secretário de Fazenda, existem ações que, embora pareçam vinculadas a uma secretaria específica, acabam sendo executadas por outra, devido à estrutura operacional disponível — como a questão das máquinas e equipamentos, que estão alocados na Secretaria de Obras. Logo após, a Vereadora Rosana Pinheiro relatou um questionamento feito pelos moradores da zona rural: a limpeza das vias. Muitos acreditam que o serviço é de responsabilidade da Codeg, mas sabemos que, no caso da limpeza das estradas, essa atribuição é da Secretaria de Obras. Em diversas comunidades, como Barro Branco, há reclamações recorrentes sobre o excesso de mato e a falta de manutenção. Em reunião realizada ontem com os moradores, foi relatado que em alguns trechos nunca passou máquina para limpeza. Isso gera preocupação, especialmente porque se trata de uma responsabilidade prevista no orçamento da secretaria. Outro exemplo é Jabuticaba, onde, segundo relato dos próprios moradores, já houve três ocasiões neste ano em que a comunidade precisou contratar máquinas com recursos próprios para manutenção das estradas. Naturalmente, isso gera cobrança sobre os vereadores, que acabam buscando explicações junto aos secretários. Em seguida, a Sr. Livia Brandão explicou que existe uma programação das máquinas, e que o município é extenso, mas, ainda assim, os questionamentos são legítimos. O serviço de limpeza é realizado quando a máquina passa fazendo o nivelamento da estrada, retirando o mato acumulado na via. Já as podas laterais e manutenção da vegetação fora da faixa de rolamento não são de competência da Secretaria de Obras, mas sim da Codeg. Seguidamente, a Vereadora Kamilla Rocha fez o uso da fala, sugerindo que os demais esclarecimentos



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

sejam tratados em nova oportunidade, seja em reunião específica com cada secretaria ou em um encontro conjunto a ser reorganizado. O importante é alinhar as informações e garantirmos que as demandas da população rural sejam devidamente tratadas. Reforçando o agradecimento a todos os secretários, técnicos e servidores presentes. Destacando ainda a necessidade de concluirmos, até o dia 11 de dezembro, a discussão e votação do PPA e da LOA, para que o município possa iniciar 2026 com planejamento ajustado e condições de executar as políticas públicas com eficiência. A Câmara Municipal se compromete a realizar uma força-tarefa, junto as secretarias de maior proximidade com o governo, para que os prazos sejam cumpridos e o orçamento aprovado de forma responsável e organizada, não havendo mais nada a tratar, declarou encerrada a audiência pública e mandou que se lavrasse a presente Ata, que achada conforme e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão. Guarapari/ES, 18 de novembro de 2025. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Kamilla Rocha
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Marcelo Rosa
MEMBRO DA COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Vinicius Lino
RELATOR DA COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Rosana Pinheiro
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE REDAÇÃO E JUSTIÇA

Anselmo Bigossi
MEMBRO DA COMISSÃO DE REDAÇÃO E JUSTIÇA